

## MASTER PROGRAM ON CLIMATE CHANGE AND MARINE SCIENCES

---

Corrine Almeida

Universidade Técnica do Atlântico (UTA) e West African Science Service Centre on Climate Change and Adapted Land Use (WASCAL)

Quem são os maiores beneficiários da pesca estrangeira nas zonas económicas exclusivas dos países em desenvolvimento? Menos de 25% dos lucros dessa pesca nas ZEEs na costa ocidental africana se destinam a esses países, enquanto os países detentores das frotas pesqueiras arrecadam no mínimo 75% dos lucros dessa pesca. No entanto, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cabe ao país costeiro, assegurar a conservação desses recursos com base nas melhores evidências científicas disponíveis. Perguntamos: É justo que aqueles que têm menos retorno económico pela exploração dos recursos das suas ZEEs tenham de assumir a conservação desses recursos? Tomando o exemplo do acordo de pesca entre a União Europeia e Cabo Verde, cerca da metade da contribuição anual recebida por Cabo Verde (ou seja, 350 mil euros) deve destinar ao suporte do sector pesqueiro. O suporte do sector pesqueiro, deve incluir a pesquisa para assegurar a conservação desses recursos, mas também se destina a promover o desenvolvimento da pesca local. Em princípio, o desenvolvimento da pesca local, a longo prazo, deveria assegurar maior capacidade pesqueira do país costeiro de forma a reduzir o excedente. Excedente este que, à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, deve ser disponibilizado à frota estrangeira. Depois de mais de 3 décadas de acordos de pesca com a União Europeia, China e outros países, continuamos não tendo uma frota capaz de pescar na nossa ZEE, por conseguinte, obrigados a ceder o nosso excedente e obrigados pela mesma convenção a assegurar sua conservação.